



REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

ISSN: 2237-9843

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

Gil, Pedro Henrique Conte; Pizzinato, Adolfo

Análise psicosocial do processo migratório de haitianos(as) ao Brasil: uma perspectiva interseccional de raça-ética, gênero e idade

REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,  
vol. 31, núm. 68, 2023, Maio-Agosto, pp. 165-183

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios

DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006811>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407075625011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais informações do artigo
- ▶ Site da revista em [redalyc.org](https://www.redalyc.org)

# ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO PROCESSO MIGRATÓRIO DE HAITIANOS(AS) AO BRASIL: UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DE RAÇA-ETNIA, GÊNERO E IDADE

*Psychosocial analysis of the migratory process of Haitian men and women to Brazil: an intersectional perspective of race-ethnicity, gender, and age*

Pedro Henrique Conte Gil <sup>a</sup>   
Adolfo Pizzinato <sup>a</sup> 

**Resumo.** O objetivo deste artigo foi analisar as experiências psicossociais dos processos migratórios de haitianos e haitianas ao sul do Brasil, sobretudo por uma perspectiva interseccional de raça-etnia, gênero e idade. Foram entrevistados 15 migrantes, sendo nove mulheres, dois homens e quatro crianças, que residiam em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS). Os dados foram submetidos a análise temática indutiva, o que possibilitou a organização de três temas centrais: 1) as motivações para migrar do Haiti para a América do Sul; 2) os papéis de gênero e seus respectivos impactos nas vivências no Brasil; e 3) a rede de apoio reduzida e as experiências de xenofobia racializada. Discute-se em que medida as diferenças de gênero e etárias, associadas aos atravessamentos do fenômeno da xenofobia racializada, implicam em diferentes e singulares experiências psicossociais para haitianos em seu processo migratório para o Brasil, considerando que a maioria converge para uma posição de marginalização social.

**Palavras-chave:** migração haitiana; interseccionalidade; papéis de gênero; xenofobia racializada.

**Abstract.** The aim of this paper was to analyze the psychosocial experiences of Haitian men and women migratory processes to southern Brazil, especially from an intersectional perspective of race-ethnicity, gender, and age. Fifteen migrants were interviewed: nine women, two men, and four children, who were living in Porto Alegre, Rio Grande do Sul, southern Brazil. Data were submitted to inductive thematic analysis, which allowed the organization of three central themes: 1) motivations for migrating from Haiti to South America; 2) gender roles and their respective impacts on experiences in Brazil; and 3) reduced support network and experiences of racialized xenophobia. We discuss in which level gender and age differences, associated with the crossings of the phenomenon of racialized xenophobia, imply in different and unique psychosocial experiences for Haitians in their migratory process to Brazil, but in which most converge to a position of social marginalization.

**Keywords:** Haitian migration; intersectionality; gender roles; racialized xenophobia.

<sup>a</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil.

## Introdução

Os processos migratórios são considerados fenômenos paradigmáticos na vida de uma pessoa, de alto impacto psicossocial, pois afetam todas as dimensões existenciais do sujeito: política, econômica, saúde física, psicológica, social, religiosa, entre outras (Sayad, 1998). Há uma variedade de definições para categorizar as pessoas em deslocamento de território, entretanto, neste trabalho optou-se por utilizar o termo “migrante”. Embora não definido por lei internacional, o termo é considerado guarda-chuva por instituições, profissionais e pesquisadores da área (IOM, 2021), já que ao mesmo tempo que abarca a eminente fluidez dos deslocamentos também contempla as condições legais do refúgio (Cogo, Badet, 2013).

Em nível internacional, os processos migratórios tendem a ser mais impactantes que os deslocamentos internos, geralmente impondo vulnerabilizações multifatoriais sobre migrantes, principalmente em casos de deslocamento forçado, devido às possíveis violações de direitos (Granada et al., 2017). Quando os migrantes chegam ao novo território frequentemente enfrentam precarizações das condições socioeconômicas (laborais e educacionais), falta de apoio social, dificuldades de inserção comunitária, xenofobia, racismo, barreiras linguísticas e outros tipos de marginalização.

Já em termos de Brasil, os processos migratórios estiveram presentes desde os primórdios de sua história, especialmente nas políticas de colonização que incentivavam europeus a vir povoar e conquistar o país, e também aos interesses dos colonizadores em trazer africanos escravizados para exploração de sua mão-de-obra (Figueiredo, Zanelatto, 2017). Atualmente, o Brasil se abriu para novos fluxos migratórios, aumentando exponencialmente o número de migrantes no território (Cavalcanti et al., 2020). No período de 2011 a 2019, dados de agências governamentais mostram que 1.085.673 novos migrantes foram registrados, considerando todas as proteções legais. Dentre esses migrantes, por volta de 660.000 eram latino-americanos com projeção de residência maior do que um ano no país. Esse número poderia ser ainda maior, entretanto, a pandemia de Covid-19 implicou no fechamento das fronteiras internacionais e assim na queda significativa de migrações em 2020-2021 (UNHCR, 2021).

Com relação às nacionalidades, o fluxo migratório haitiano é considerado o segundo maior deslocamento ao Brasil da última década (IMDH et al., 2019). O Haiti, país localizado no Caribe e com uma população estimada de mais de 10 milhões de pessoas, sofreu três principais desastres naturais: um terremoto em 2010 e dois furacões em 2016 e 2020. Esses fatores contribuíram para o processo migratório haitiano em direção a diversos países latino-americanos, como: Equador, Peru, Chile, Argentina e, sobretudo, ao Brasil, reforçando a tendência de dinâmicas migratórias Sul-Sul (Joseph, Neiburg, 2020). Dados

apontam que um pouco mais de 100.000 migrantes haitianos se deslocaram ao Brasil até 2018 (Cavalcanti *et al.*, 2020), sendo que destes 64.628 eram homens e 30.869 mulheres, e a faixa etária predominante era a de 25 a 40 anos (57.385 pessoas) (Pizzinato *et al.*, 2022).

Por outro lado, há de se considerar que os haitianos possuem um perfil de comunidade de migrantes distinto das promovidas pelas políticas migratórias de branqueamento do Brasil que imperaram entre meados do século XIX e meados do século XX, as quais priorizavam e facilitavam os processos migratórios de europeus (IMDH *et al.*, 2019). A partir desse legado colonial, o Brasil se estruturou baseado em um modelo racista, tendo em vista seu histórico de escravização da população negra e indígena. Esse racismo estrutural segue vigente no funcionamento e organização das dimensões políticas e socioeconômicas do país, que reproduz diversas iniquidades e violências contra pessoas racializadas (Almeida, 2018).

Antes de avançar, cabe elucidar que se refere ao conceito de racialização enquanto os processos políticos, ideológicos e sociais que identificam e dicotomizam determinadas populações por suas características fenotípicas, sendo estas reais ou construções imaginárias (Cashmore, 2000). Tais processos são mediadores das relações sociais estabelecidas entre brancos e não-brancos, pois (re)produzem e sustentam hierarquizações sociais calcadas em perspectivas discriminatórias. Em termos de Brasil, os processos de racialização são fundamentados em uma perspectiva de branqueamento da população (Bento, 2002). A elite branca, ao propor a extinção da categoria não-branca, por meio da miscigenação das raças, implicou uma dificuldade importante não apenas nas violências perpetradas com a população não-branca, mas também no campo das ideias, no debate e discussão sobre a categoria branca e seus privilégios. O legado dessas lógicas higienistas e europeizantes segue produzindo efeitos na atualidade, como a experimentação do racismo nas relações entre brancos e não-brancos, a qual promove inúmeras disparidades políticas e sociais entre as pessoas com esses marcadores de diferença. Algo que, indireta ou diretamente, reverbera sob migrantes haitianos, uma vez que, mediante seu fenótipo caracteristicamente negro, também são racializados e considerados inferiores por seus marcadores sociais. Consequentemente, também são recebidos de maneiras diferentes pelos brasileiros em relação aos migrantes brancos não-racializados, como europeus e norte-americanos (Oliveira, 2019). Processos que, invariavelmente, intensificam as experiências relacionais e psicossociais da população em território brasileiro.

Não obstante, os marcadores sociais de gênero e idade também se atravessam na conjuntura e impactam os processos migratórios. Essa perspectiva interseccional, ou seja, uma leitura social que considera a complexidade das identidades e desigualdades sociais por meio de um enfoque integrado (Hirata, 2014), apresenta-se enquanto um desafio científico no âmbito teórico e

metodológico dos estudos de migração (Peres, 2015). Apesar de desafiadora, essa leitura interseccional dos fenômenos sociais possibilita que os atravessamentos de diferenciação social por categorias, como de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade e orientação sexual, ultrapassassem o campo de um simples reconhecimento, mas abarquem uma compreensão dos entrelaçamentos dos sistemas de opressão, que não apenas operam sob essas categorias, mas também postulam a reprodução das desigualdades sociais entre grupos (Hirata, 2014).

Portanto, a proposta de incorporar as diferenças de raça-etnia, gênero e idade às análises dos relatos podem proporcionar ricos avanços, no sentido de uma melhor compreensão das experiências psicossociais de migrantes, como neste caso, de haitianos ao Brasil. Importante destacar que parte-se do marco teórico de que a dimensão psicossocial consiste em uma complexa conjuntura e entrelaçamento de fenômenos psicológicos e sociais, individuais e coletivos (Abarca, Marín, 2007). Em termos operacionais de pesquisa científica, Abarca e Marín (2007) sinalizam que a construção do conhecimento nesses campos interseccionais precisa se ocupar mais dos efeitos do que das causas, além de ampliar o alcance das variáveis micro para macrossociais. Portanto, a produção desse conhecimento implica em um movimento de analisar e interpretar, tanto os efeitos psicossociais produzidos nas relações entre sujeitos singulares e os movimentos coletivos, quanto nas possibilidades de compreensão dos dados a partir da escolha metodológica de coleta – ou seja, implica em certa escolha dos pesquisadores sobre quais fenômenos se debruçarão e que elementos poderão ser abarcados na construção desse (novo) conhecimento.

Por fim, considerando as singularidades desse sistema migratório, o objetivo deste artigo foi analisar as experiências psicossociais dos processos migratórios de haitianos e haitianas ao sul do Brasil, sobretudo por uma perspectiva interseccional de raça-etnia, gênero e idade, valendo-se das experiências de pesquisa do Núcleo de Pesquisas e Intervenção Psicossocial à Diversidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEPsID/UFRGS), nos últimos anos.

Entre os anos de 2015 e 2021, os cinco projetos de pesquisa: “Imigração Haitiana no Rio Grande do Sul: Processos de Aculturação e Saúde Mental”; “Inserção ecológica de crianças e adolescentes imigrantes em Porto Alegre e região metropolitana”; “Relações comunitárias e fatores psicossociais da imigração haitiana no Rio Grande do Sul”; “Imigração de mulheres haitianas no Rio Grande do Sul: trajetórias e relações de gênero” e “Narrativas de trajetórias identitárias e linguageiras de migrantes”, geraram um banco de dados – quantitativos e qualitativos – sobre dimensões psicossociais da imigração haitiana atual no Brasil. Alguns desses dados já foram publicados em artigos nacionais e internacionais (Brunnet et al., 2019; Pizzinato et al., 2022; Romano, Pizzinato, 2019; Romano, Pizzinato, 2021; Weber et al., 2019), mas muito das experiências, desde uma perspectiva biográfica e narrativa, ainda não haviam

sido analisados. Assim apresentado o referencial de análise empírica, o presente artigo foca nas experiências migratórias, buscando ouvir, em primeira pessoa – as/os protagonistas dessas experiências: mulheres, homens e crianças haitianas que migraram ao Rio Grande do Sul.

## Método

### **Participantes**

Foram analisadas 15 entrevistas do banco de dados do grupo de pesquisa NEPsiD, coletadas entre 2015 e 2020. Os entrevistados foram migrantes de nacionalidade haitiana, sendo nove mulheres, dois homens e quatro crianças, os quais residiam em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (RS), Brasil, no período supracitado. Todos os participantes adultos se autodeclararam heterossexuais, cisgêneros e tinham entre 8 meses e 6 anos de vida no Brasil. Maiores informações disponíveis na Tabela 1.

**Tabela 1** - Caracterização geral das participantes

Participante	Gênero	Faixa etária	Ocupação	Tempo vivendo no Brasil
P1	Mulher	Adulta	Desempregada	8 meses
P2	Mulher	Adulta	Desempregada	4 anos
P3	Mulher	Adulta	Higienizadora	2 anos
P4	Mulher	Adulta	Desempregada	9 meses
P5	Mulher	Adulta	Desempregada	3 anos
P6	Mulher	Adulta	Desempregada	2 anos e 5 meses
P7	Mulher	Adulta	Desempregada	3 anos
P8	Mulher	Adulta	Higienizadora	10 meses
P9	Mulher	Adulta	Desempregada	3 anos
P10	Homem	Adulto	Metalúrgico	6 anos
P11	Homem	Adulto	Empreendedor	6 anos
P12	Menino	Criança (8 anos)	Estudante	3 anos
P13	Menino	Criança (9 anos)	Estudante	1 ano e 6 meses
P14	Menina	Criança (9 anos)	Estudante	1 ano e 6 meses
P15	Menino	Criança (10 anos)	Estudante	3 meses

### **Instrumentos**

O instrumento utilizado, em todas as etapas de coleta, foi a entrevista de caráter narrativo e biográfico (Jovchelovitch, Bauer, 2008) para investigação

do histórico de vida dos haitianos e haitianas, sobretudo com relação às suas experiências no processo migratório ao sul do Brasil. De acordo com os autores Jovchelovitch e Bauer (2008), essa proposta de entrevista não se baseia em estruturas rígidas que direcionam as narrativas dos participantes a priori. Por outro lado, preconiza por perguntas abertas que possibilitem ao entrevistado seguir livremente suas próprias associações a respeito da temática apresentada.

### ***Procedimentos de coleta e éticos***

As entrevistas provêm de diferentes projetos de pesquisa envolvendo a migração haitiana, portanto, possuem características distintas. No caso das pessoas adultas, as entrevistas foram conduzidas individualmente, no período de 2015-2020, com duração de aproximadamente 1 hora, nas dependências do Centro Ítalo Brasileiro de Assistência e Instruções às Migrações – CIBAI Migrações de Porto Alegre. As entrevistas com as crianças foram realizadas individualmente entre 2019-2020, nas dependências de sua escola (escola municipal de ensino fundamental na zona norte de Porto Alegre) ou de forma *on-line*, após o início da pandemia de COVID-19. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para fins de análise.

As/os pesquisadoras(es) que participaram das entrevistas eram todos de nacionalidade brasileira e com conhecimento de língua francesa. Nas situações onde as entrevistas não puderam ser realizadas em português, contamos com uma aluna de graduação em psicologia, de nacionalidade haitiana, que serviu como intérprete de *créole* haitiano. No caso das crianças, as entrevistas intercalaram a produção de desenhos e interação lúdica para promover uma melhor comunicação entre pesquisador-participantes.

Os projetos de pesquisa foram previamente aprovados por dois Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos [CAEES: 46801115.4.0000.5336 (PUC-RS); 12842113.5.3001.5338 (PUC-RS); 59079522.3.0000.5334 (UFRGS)], adotando todos os princípios éticos preconizados pelas Resolução nº 466/2012 e Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, tendo todos os participantes concordado ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ou ao Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, no caso das crianças. Para garantir a confidencialidade dos participantes, os seus nomes foram substituídos pela letra P, seguidos de uma numeração sequencial.

### ***Análise de dados***

Utilizou-se da Análise Temática indutiva (Braun, Clarke, 2019) para a análise de dados, a qual consiste em um método de identificação, análise e relato de padrões centrais nas narrativas, sendo estes denominados temas. Em linhas gerais, as orientações que norteiam a análise se configuraram em seis estágios: (1) familiarização com os dados por meio da leitura e releitura; (2) geração de

códigos iniciais de acordo com características interessantes ao objetivo; (3) busca por temas através do agrupamento de códigos em temas potenciais; (4) revisão dos temas a partir do conjunto de dados completo; (5) definição e nomeação dos temas para refinamento das especificidades e (6) a produção do manuscrito de análise. Assim sendo, os dados foram exaustivamente analisados, ao ponto que foi possível perceber semelhanças ou diferenças nas narrativas dos participantes com relação as suas experiências migratórias.

## Resultados e Discussão

A análise temática indutiva do conjunto de dados possibilitou que se organizassem três temas centrais de análise: 1) as motivações para migrar do Haiti para a América do Sul; 2) os papéis de gênero e seus respectivos impactos nas vivências no Brasil; e 3) a rede de apoio reduzida e as experiências de xenofobia racializada. Além disso, conforme destacado anteriormente, as reflexões propostas em cada um dos temas consideraram especialmente os atravessamentos interseccionais de raça-etnia, gênero e idade dos haitianos(as).

### ***Motivações para migrar do Haiti para a América do Sul***

De início, observou-se que o processo migratório da maioria dos haitianos e haitianas adultos perpassou um itinerário de países latino-americanos, envolvendo, em sua maioria, a América do Sul: *“Eu estava na República Dominicana e todo mundo saiu para vir aqui trabalhar [Brasil], para procurar uma vida melhor. Passei pelo Equador, Peru, Bolívia...”* (P2, mulher adulta). Nesse sentido, o tempo vivendo no Brasil não reflete exatamente o período da saída do Haiti desses participantes. Semelhantemente, a residência na capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, não foi o único ou principal destino, uma vez que os migrantes também se deslocaram para diferentes cidades da região sul do Brasil, sob a prerrogativa de ter outras oportunidades de trabalho: *“Nós morávamos antes em Caxias [do Sul]. Então, um amigo disse: ‘eu posso mandar você num outro lugar pra trabalhar lá em Porto Alegre’... Meu marido disse tudo bem”* (P1, mulher adulta).

No caso dos adultos, independente se migraram de outros países ou diretamente do Haiti, as suas motivações para escolha do Brasil como destino se concentram prioritariamente na busca por melhores condições de vida e oportunidades econômicas: *“Eu vim ao Brasil porque eu vim buscar uma vida melhor”* (P9, mulher adulta). Há diversos relatos que atestam sobre a escassez de emprego no Haiti e, também, nos outros países em que viveram anteriormente: *“Eu nunca trabalhei lá [Haiti]. Lá não tem emprego, tem trabalho só pra rico. Pobre não consegue nada...”* (P8, mulher adulta). Contudo, apesar da esperança de conseguirem se estabilizar no Brasil, os participantes relatam que também encontram dificuldades econômicas no local: *“Não é tão diferente assim. Imagina*

*tu tá doente, tá com problema, com muita dificuldade aqui no país” (P10, homem adulto).* Em consenso com a literatura, sabe-se que o processo migratório haitiano, tanto a nível internacional quanto nos deslocamentos internos, é balizado pela busca de oportunidades de trabalho e melhores condições de vida para si e para suas famílias (Romano, Pizzinato, 2019). Porém, nos dados do presente estudo, torna-se oportuno ponderar algumas características distintas desses movimentos migratórios a partir de um olhar interseccional de gênero e de idade dos participantes.

As mulheres adultas e solteiras participantes se deslocaram ao Brasil sozinhas, sem o acompanhamento de qualquer familiar, apenas de outros haitianos desconhecidos: “*Eu peguei um outro avião para vir aqui para o Brasil. [- Alguém da tua família?] Não, outros haitianos*” (P6, mulher adulta). Por sua vez, as que no momento da entrevista se encontravam em uma relação estável com um haitiano, tinham conhecido o companheiro e constituído família já em território brasileiro: “*Não no Haiti, conheci [o companheiro] aqui [no Brasil]*” (P4, mulher adulta). Essa questão retrata configurações das ondas subsequentes às pioneiras do processo migratório haitiano, em que não apenas homens, mas também mulheres migram sozinhas ao Brasil (Benería et al., 2012). A feminização do fenômeno está associada a algumas condições semelhantes do processo migratório primário, tido majoritariamente como masculino (e.g. a falta de oportunidades de trabalho), ao passo que se distingue por questões específicas para as mulheres (e.g. divórcio ou separação, desejo por mais autonomia e a diminuição das restrições sociais de mobilidade) (Romano, Pizzinato, 2021).

Por uma outra perspectiva, o estudo de Mejía e Cazarotto (2017), ao investigar mulheres que migraram com família e/ou maridos para o Vale do Taquari, no sul do Brasil, sugere que as mulheres haitianas participantes não apresentavam sinais de autonomia, pois não tomavam decisões sem o consentimento de seus companheiros e que isso as levaria a permanecer em uma posição de alteridade em relação aos homens. Nesse aspecto, cabe refletir em que medida o tempo de migração pode ter um papel importante nessa equação. Outros estudos sugerem que as mulheres, em um país de acolhimento com uma sociedade mais liberal, com o passar do tempo tendem a buscar mais autonomia, entrar no mercado de trabalho e se integrar no novo contexto – algo que pode modificar o seu papel e atribuições de gênero em relação aos homens (Brunnet et al., 2019a). Portanto, ressalta-se que as particularidades dos papéis de gênero e as configurações familiares implicam em diferentes experiências psicossociais da migração internacional, as quais precisam ser compreendidas a partir de recortes e especificidades.

Já no caso do processo migratório das crianças, este envolve ainda outros elementos importantes: a involuntariedade e o possível (des)conhecimento da migração. Mesmo que os adultos sejam indiretamente impelidos a deixar o

Haiti para encontrar melhores condições de vida, ainda possuem certo nível de autonomia para optar de fato pela migração, bem como pelo país de destino. Contudo, a mesma possibilidade geralmente não acontece com os seus filhos, pois precisam se adaptar as decisões de seus responsáveis. Nessa perspectiva, a maioria das crianças participantes relatou sentimentos de tristeza quando soube que viria ao Brasil, pois possuíam sentimentos fraternais e laços afetivos no Haiti. Inclusive, algumas delas só ficaram sabendo da mudança de país no momento do deslocamento. Algo que, provavelmente, além de dificultar o processo de despedida de familiares e de outras referências simbólicas e materiais, também pode ter produzido impactos psicológicos negativos nas crianças. Corroborando com a ideia, uma revisão da literatura sobre migração involuntária, infância e saúde mental (Bezerra et al., 2019) apontou que as experiências traumáticas associadas à migração forçada de crianças eclodem em pesadelos, isolamento social, baixo rendimento escolar, sentimentos de tristeza, alterações emocionais e comportamentais que podem afetar o desenvolvimento infantil. Além disso, a compilação de estudos denunciou a falta de políticas públicas para acolhimento e assistência em saúde mental de crianças migrantes, uma problemática que, devido à sua importância, precisa ser acessada e desenvolvida por estudos futuros.

### ***Papéis de gênero e seus impactos nas vivências no Brasil***

A partir da análise das entrevistas dos haitianos e haitianas, adultos e crianças, foi possível perceber a operação de alguns papéis de gênero atribuídos e desempenhados, bem como suas possíveis dissidências em suas vivências no Brasil. Parece haver uma conversão nos relatos que apontam a dimensão do cuidado infantil enquanto um aparato generificado, implicando que a centralidade das responsabilidades com os filhos fica intimamente atrelados à figura feminina. Nos casos em que a mãe haitiana migrou ao Brasil sem os filhos consigo, a sua responsabilidade permaneceu em promover o sustento financeiro da família/ cuidador da criança. Não surpreendentemente, os filhos permaneceram no Haiti sob o cuidado de outras mulheres, como as avós e tias: “*Eu deixei [a filha] com minha mãe [avó da criança]*” (P9, mulher adulta). Situação que emerge, inclusive, nos relatos das crianças: “*P14: As minhas peças de viagem, elas tavam... I- O que faltava? Era identidade? Passaporte?]* P14: Aham. [E aí a sua mãe veio antes ao Brasil?] P14: Aham. [- E você ficou com quem lá?] P14: Com a minha tia” (P14, criança).

Essa atribuição de cuidado infantil para a figura materna surge como algo inerente e naturalizado nos relatos das mulheres haitianas. A maioria das participantes desempenhava uma maternidade solo, seja por terem se divorciado ou porque seus companheiros se encontravam em outros países para trabalhar: “*Pai do meu filho [está] nos Estados Unidos*” (P8, mulher adulta). De qualquer forma, a maioria não contava com apoio financeiro dos genitores das crianças,

o que torna oportuno refletir em que medida alguns comportamentos dos pais estariam associados a certo absenteísmo paterno, tanto a nível de cuidado quanto de responsabilidade financeira: “*Não... Ele [o pai] não ajuda porque ele tem outra [companheira]*” (P6, *mulher adulta*). Algumas crianças haitianas reiteram essas experiências de serem cuidadas somente por figuras femininas, especialmente nos casos em que o pai está vivendo em outro país: “[*- Tem alguém lá nos Estados Unidos?*]. P13: *É meu pai. [- E você fala com ele por telefone?]*. P13: *Aham. [- E sobre o que vocês conversam?]* P13: *Brincadeiras. [rabiscava no papel com mais força]*” (P13, *criança*). Entretanto, torna-se importante tecer um contraponto nessas constatações. A perspectiva dos haitianos homens participantes reflete uma preocupação em dar assistência aos filhos, seja para a família que já se encontra no país ou para os filhos que permaneceram no Haiti. Neste último caso, o participante demonstra o interesse em manter contato diário com o filho, além do esforço para enviar dinheiro para a família e programar sua vinda para o Brasil: “*Eu tenho responsabilidade como pai, eu tenho filho pra buscar no Haiti (...) Eu choro de saudades*” (P10, *homem adulto*).

Diante desses papéis de gênero em que a responsabilidade de cuidado é essencialmente da figura materna e a provisão financeira da figura paterna, cabe refletir em que medida esse fenômeno desvela um emparelhamento com lógicas hegemônicas capitalistas e ocidentais. Sabe-se que o mito da generificação do cuidado infantil segue reproduzindo configurações sociais que, geralmente, desvelam um controle de corpos femininos, ao mesmo tempo que sacraliza e determina o amor materno como inerente às mães (Badinter, 2018). Trata-se de uma concepção que reforça estereótipos e funcionamentos de uma sociedade machista, ao passo que autoriza o absenteísmo paterno (Fernandes, 2021). É como se os pais fossem menos cobrados ou responsabilizados perante um abandono ou omissão do cuidado e assistência infantil quando comparados às mães. Os dados denotam que a problemática consiste em uma questão naturalizada também para os participantes do estudo.

Por outro lado, de acordo com os relatos das mulheres haitianas adultas, os efeitos dessa disparidade de gênero influem em uma sobrecarga de tarefas para as participantes, as quais envolvem aspectos socioeconômicos e afetivos. Embora a dificuldade de encontrar trabalho ocorra com a maioria dos migrantes ao Brasil, sobretudo os racializados (Oliveira, 2019), essa problemática é intensificada no caso das mulheres. Algo que se presentifica nos dados da amostra, já que apenas duas das novas mulheres se encontravam empregadas enquanto os dois homens tinham empregos. Associado a isso, a maioria dos relatos das crianças reiteram a informação, pois apenas seus pais trabalhavam, enquanto as mães eram responsáveis pelas atividades domésticas e cuidado dos filhos.

Como explicação para tais disparidades, observou-se que a dificuldade de comunicação se apresenta como um elemento importante, uma vez que as

mulheres parecem ter menos domínio do português em relação aos homens: *“Eu não falar... Não entende quando... Quando a pessoa precisa falar comigo”* (P9, *mulher adulta*). Essa questão foi constatada desde a realização das entrevistas do estudo, em que os haitianos participantes apresentaram uma maior fluência e clareza na comunicação. Não obstante, o achado também é referido na literatura da área, e explicado a partir do grau de escolaridade das mulheres haitianas ser, comumente, menor do que a dos homens haitianos (Mejía, Cazarotto, 2017). Os autores referem que tal disparidade de gênero também está associada por elementos próprios da cultura haitiana, em que as mulheres se dedicam às atividades do lar e possuem menos contato com o âmbito social e educacional, tendo menos oportunidades para desenvolver novas habilidades sociais e educacionais.

Além disso, as crianças relataram terem aprendido o português mais com seus pais, ao passo que ajudavam suas mães na aprendizagem da língua: *“Meu pai me mostra [o português], fala. E eu ajudo a minha mãe”* (P15, *criança*). Nesse sentido, estudos apontam que crianças em processos migratórios podem se identificar com valores e práticas culturais do seu país de origem ao mesmo tempo que absorvem características do país de acolhimento, como o idioma (Vietze et al., 2020). Vale considerar que essas possíveis disparidades culturais entre pais e crianças podem naturalmente surgir e provocar conflitos familiares. No caso, é como se os filhos passariam a ocupar uma posição de tradutores linguísticos e culturais para seus pais e cuidadores, o que poderia fazer com que os pais sintam que sua autoridade está ameaçada, devido a uma certa reversão de papéis entre pais-filhos (Timshel et al., 2017).

Além do idioma e da condição migratória, outras dificuldades se apresentam para as mulheres não apenas conseguirem, mas permanecerem em seus trabalhos. No relato das participantes, a maioria das negativas de emprego se baseiam em justificativas atreladas à (possível) maternidade, como gravidez, nascimento e cuidado dos filhos: *“Eu tenho [tinha] seis meses e vinte e três dias grávida quando ia fazer o parto... Por isso não pode conseguir trabalhar... Meu nenê tá muito [pequeno], como trinta e cinco metros [centímetros]”* (P5, *mulher adulta*). Não obstante, a dificuldade de encontrar creche para deixar os filhos faz com que as mães abandonem seus empregos, por não contarem com a presença dos pais das crianças e possuírem uma rede de apoio reduzida no Brasil para compartilharem o cuidado dos filhos: *“Creche, não está [estou] conseguindo, né? Preciso trazer minha filha aqui [em uma creche], porque não estou conseguindo trabalhar”* (P9, *mulher adulta*). Portanto, é como se uma sobreposição de condições de vida estigmatizantes: ser mulher, mãe, migrante, pobre, fenotípicamente negra e sem acesso à educação formal, se atravessassem e produzissem um contexto escalonado de vulnerabilidade de um recorte de uma população já marginalizada socialmente (Romano, Pizzinato, 2019). Por

outro lado, essas são questões que refletem as disparidades econômicas e a falta de apoio social dos migrantes haitianos(as) e, devido à sobressalência nos dados, será uma questão melhor apresentada e discutida no tema a seguir.

### ***Rede de apoio reduzida e experiências de xenofobia racializada***

Evidentemente, os relatos dos participantes haitianos e haitianas refletem uma importante redução de rede de apoio após migrarem ao Brasil, seja pelas implicações do próprio processo migratório na distância geográfica de familiares e amigos ou pela resistência dos brasileiros na aceitação e integração comunitária da população. Apesar disso, observou-se que há dois principais recursos que os migrantes recorrem em caso de precisarem de assistência: os demais migrantes haitianos e as instituições religiosas.

Nesse sentido, apesar do maior contingente dos participantes terem migrado ao Brasil sem familiares ou companheiros(as), a rede de apoio local dos participantes se restringia na relação que estabeleceram com outros haitianos(as) que conheceram quando já estavam no país. Já em nível institucional, as instituições religiosas desempenhavam um papel importante em termos tanto subjetivos para os haitianos(as), no sentido de promover esperança de um futuro melhor por meio de questões transcentrais, quanto na integração comunitária da população no território, a nível de uma sensação de pertencimento por meio das relações proximais estabelecidas com outros brasileiros frequentadores desses espaços. Inclusive, alguns poucos participantes descreveram receber apoio financeiro de igrejas católicas, por meio de doações de alimentos e vestuário. Esse movimento foi percebido pelos haitianos(as) enquanto uma característica fraterna dos brasileiros: *“O brasileiro quer ajudar os outros. Se ele tem uma roupa e ele não quer utilizar, ele dá pra doação, pra outro que tem mais necessidade. Até comida... Meu deus, o povo brasileiro é bom povo”* (P10, homem adulto).

Entretanto, destaca-se que atitudes filantrópicas não refletem necessariamente uma aceitação e integração dos brasileiros em relação aos migrantes haitianos(as). Percebeu-se que o assunto permeava certa ambivalência entre os participantes, já que enquanto alguns não relataram atitudes discriminatórias dos brasileiros, outros narraram vivências negativas cotidianas nas relações interpessoais com brasileiros: *“Porque as pessoas ficam olhando (...) eu não sei por causa de cor, por causa da minha minha cara, eu não sei, mas... por exemplo racista mesmo ninguém não chega a fazer racista comigo”* (P1, mulher adulta). De maneira aproximada, o estudo de Gomes (2017), ao entrevistar e observar haitianos(as) morando em Florianópolis, Santa Catarina, constatou que os migrantes se referiam aos brasileiros nativos como um povo acolhedor e que, supostamente, não tiveram experiências de discriminação. Entretanto, ao mesmo tempo, os haitianos(as) não possuíam nenhum nível de relacionamento ou vínculos com a comunidade local. Como o autor sugere (Gomes, 2017), cabe

refletir em que medida essa ambiguidade se apresenta devido à dificuldade dos migrantes haitianos(as) de compreender certos comportamentos de brasileiros como discriminatórios e xenofóbicos, sobretudo pelas disparidades linguísticas e culturais na leitura dos fenômenos sociais e interpessoais. Algo que, semelhantemente, poderia estar vigente na perspectiva dos participantes desse estudo sobre as relações interpessoais entre brasileiros e migrantes, tendo em vista que os relatos parecem passar por polos extremos de hospitalidade e discriminação.

De qualquer forma, em episódios de preconceito percebido pelos haitianos(as), os migrantes descreveram indiretamente as novas configurações do desvelado racismo moderno, ao passo que conscientemente percebiam o individualismo do brasileiro e a fragilidade das relações interpessoais construídas no trabalho: “*Se não trabalham mais [juntos], não tem mais amizade [brasileiros e haitianos]*” (P2, *mulher adulta*). Um relato significativo chama a atenção, em que uma mulher haitiana descreve que prefere não ter relações próximas com brasileiras como forma de se proteger, no sentido de não correr riscos de ser discriminada por sua raça-etnia: “*Eu não abro a porta assim [metáfora para abrir-se para outra pessoa], por que tu [brasileiros] pode fazer racista comigo se eu abrir a porta, né?*” (P1, *mulher adulta*).

Com o intuito de melhor compreender esses elementos do processo migratório, remete-se ao conceito de “xeno-racismo” – uma concepção que abarca as especificidades e dinâmicas do preconceito e discriminação de migrantes racializados. Essa perspectiva entende que as definições de xenofobia e racismo independentes parecem não contemplar mais a complexidade e os atravessamentos do fenômeno na atualidade. Cunhado pelo britânico Sivanandan (2016), o termo xeno-racismo refere-se a um “novo racismo” do contexto vigente do capitalismo, o qual não se baseia necessariamente em um “código de cores”, mas é atribuído aos estranho-estrangeiros e empobrecidos de diversas origens raciais, que buscam asilo em países desenvolvidos. Devido a sua amplitude, o conceito é utilizado na literatura para se referir a discriminação de diversas raças-etcias e diferentes modos de existência, como, por exemplo, aos islamitas e ciganos.

Recentemente, os autores Faustino e Oliveira (2021) colocaram em questão as potencialidades e limites do referido conceito. Se, por um lado, o xeno-racismo denuncia a negação de direitos e as violências sofridas por estrangeiros, por outro, demonstra-se insensível quanto à distribuição desigual e racializada entre os migrantes em países de histórico colonial, já que o que daria sustentação à discriminação não seria a cor da pele, mas a nacionalidade do sujeito. Portanto, ao considerarem os desdobramentos do racismo estrutural no contexto brasileiro (Almeida, 2018) e que por isso os migrantes são recebidos de formas desiguais de acordo com o crivo racial anti-negro (Oliveira, 2019), não

envolvendo somente uma questão de aporofobia. Considerando isso, os autores (Faustino, Oliveira, 2021) sugerem uma transição dessa perspectiva para uma noção de “xenofobia racializada”, o que leva a uma melhor compreensão de como as dissidências e especificidades de como o preconceito e a discriminação com migrantes racializados se apresenta no Brasil, ao passo que possibilita uma melhor decodificação da realidade presente nos relatos dos participantes.

Embora já esperado, as reverberações da xenofobia racializada impactaram sobremaneira na dificuldade de conseguir oportunidades de emprego. Como apresentado anteriormente, as mulheres haitianas relataram sobre participarem de diversas entrevistas, mas não conseguirem os respectivos empregos: “*Não tem vagas para haitianos*” (P6, *mulher adulta*). Porém, um participante homem relatou que empresas brasileiras procuravam migrantes apenas para trabalhos com funções braçais, já vez que compactuam com uma narrativa de suposta incapacidade dos haitianos(as) para atividades intelectuais: “*80% dos brasileiros pensam que imigrantes são burros. Não sabem ler e não sabem escrever. Eles quer[em] as pessoas que tem bem de saúde, que tem força. Só esse pessoal que tem trabalho*” (P10, *homem adulto*).

A permanência no trabalho também perpassou o enfrentamento da xenofobia racializada de chefes e colegas de trabalho. Os relatos envolvem diversas decisões injustas e infundamentadas de líderes de setores empresariais, figuradas em advertências no trabalho ou na demissão de funcionários migrantes que se lesionaram pela atividade laboral repetitiva. Mesmo tratando-se de um acidente de trabalho, em que o contratante é responsável pela assistência em saúde do funcionário, esta não foi reconhecida pelos gestores e os acometidos migrantes haitianos foram desligados da empresa. Além disso, é importante destacar os atravessamentos de gênero nesses fenômenos no âmbito do trabalho, uma vez que, nas entrevistas, observou-se que os brasileiros patrões se autorizavam a serem mais violentos com as mulheres haitianas, devido às suas dificuldades de compreensão do idioma e, evidentemente, pelas ideologias machista, classista e xenófoba-racista vigente nas configurações sociais: “*Marido da patroa era muito racista, porque eu não falava o português*” (P8, *mulher adulta*).

Outras perspectivas dessa xenofobia racializada também surgem no caso das crianças participantes, tanto a nível da comunidade e escola, quanto das relações interpessoais com seus pares. Os relatos denotam uma condição solitária dessas crianças, pois, na maioria das vezes, descrevem que brincavam sozinhas e não frequentavam outros lugares além da escola, apenas em casos esporádicos que visitavam outros haitianos adultos da rede afetiva de seus responsáveis. Ainda, mesmo que não relatem diretamente, as crianças desvelam nuances do preconceito e da discriminação da comunidade local ao relatarem não poder brincar de determinadas formas, como, por exemplo, tomarem banho na chuva,

em virtude dos olhares de julgamento das pessoas: “[No Haiti] podia tomar banho de chuva. Aqui não pode, pois as pessoas ficam olhando” (P13, criança).

No âmbito escolar, os casos de xenofobia racializada ganham configurações mais explícitas, especialmente pelos relatos das crianças haitianas de que os seus pares não se interessarem em brincar com elas: “Algumas vezes eles não me deixam jogar” (P14, criança). Além disso, quando inseridas em propostas coletivas, as crianças haitianas relatam comportamentos discriminatórios de alguns colegas: “Quando eles tão jogando, eles nunca passam [a bola] pra mim. (...) Eu não faço nada para eles e eles ficam falando palavrão” (P13, criança). Esse achado corrobora com a literatura da área, pois a etnografia de Alexandre e Abramowicz (2017), por exemplo, indica que crianças haitianas de Sinop (MS) sofrem episódios de xenofobia racializada desde a pré-escola. Algo que reverbera no imaginário dos professores, pois indiretamente relacionavam pessoas negras como menos inteligentes, além de considerarem que a população haitiana era apenas pobre e vulnerável. Há, também, o estudo de Ruffier (2019) com crianças haitianas em Florianópolis (SC) que, semelhantemente, identificou casos de xenofobia racializada por questões relacionadas ao idioma e país de origem dos estudantes.

Possivelmente como um efeito dessas experiências, as crianças haitianas participantes desse estudo acabaram construindo relações mais proximais apenas com pares de mesma etnia-nacionalidade da escola: “Gosto de brincar com o [nome de outra criança haitiana]” (P12, criança). A preferência de migrantes pela amizade com pessoas de mesma etnia e idioma também foi referida pelos estudos de Tummala-Narra e Sathasivam Rueckert (2015) e Ruffier (2019). Portanto, cabe colocar em questão como está ocorrendo a inserção e integração das crianças no âmbito educacional, sobretudo em termos da conscientização da comunidade escolar sobre a riqueza da diversidade étnico-cultural, ao passo que promove capacitações de professores para o enfrentamento de possíveis eventos discriminatórios que crianças migrantes possam sofrer nesses espaços de ensino.

### Considerações finais

O objetivo deste artigo foi analisar as experiências psicossociais dos processos migratórios de haitianos e haitianas ao sul do Brasil, sobretudo por uma perspectiva interseccional de raça-etnia, gênero e idade, valendo-se das experiências de pesquisa do Núcleo de Pesquisas e Intervenção Psicossocial à Diversidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEPsiD/UFRGS), nos últimos anos. A análise dos dados permitiu que emergissem temas que versassem sobre motivações para a migração, papéis de gênero, rede de apoio reduzida e experiências de xenofobia racializada. Discute-se em que medida essas questões implicam em diferentes e singulares experiências psicossociais para haitianos(as)

em seu processo migratório ao Brasil, mas que, invariavelmente, convergem para uma posição de marginalização social da população.

Especificamente, observou-se que os adultos migraram ao Brasil na busca por melhores condições de vida e oportunidades econômicas. Já no caso das crianças, a involuntariedade e o desconhecimento da migração foram elementos que pareceram intensificar sentimentos de tristeza, sobretudo por terem deixado o país de origem de maneira inesperada. Em termos dos papéis de gênero, percebeu-se que o cuidado infantil é centrado na figura feminina, ao passo que certo absenteísmo paterno é autorizado nas atribuições de responsabilidades parentais. Os impactos dessas configurações e concepções familiares se configuraram em sobrecargas para as mulheres haitianas, seja em termos das dimensões socioeconômicas pela jornada dupla de trabalho ou pela demanda afetiva do cuidado solo.

Além disso, percebeu-se que a rede de apoio dos haitianos e haitianas é reduzida no Brasil, ainda que alguns apresentem fortes vínculos com instituições de cunho religioso. Na mesma perspectiva, as crianças pareceram estabelecer relações mais proximais apenas com outros haitianos(as), tanto no contexto escolar quanto comunitário. Por fim, foram relatados episódios de preconceito em relação aos haitianos(as) que reiteram as novas configurações do racismo moderno e, não obstante, situações que ilustravam as resistências dos brasileiros em se aproximar da população, seja por questões do individualismo ou da fragilidade das relações interpessoais no contexto de trabalho.

Diante dessas elucubrações, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas que ofertem condições para o enfrentamento dessas disparidades, tanto em nível socioeconômico, quanto de conscientização das comunidades receptoras da população migrante. Dentre as limitações do estudo, destaca-se o número reduzido de participantes haitianos homens e crianças, quando comparado às mulheres. Além disso, o fato de todos os participantes residirem em Porto Alegre, ou a maior parte do tempo no sul do Brasil, pode ter proporcionado uma visão recortada do fenômeno investigado. Assim sendo, sugere-se para futuros estudos um enfoque em outras regiões do país para melhor compreensão de como migrantes haitianos(as) experienciam as dimensões psicossociais em seu processo migratório ao Brasil.

## Referências bibliográficas

- ABARCA, Amilio Blanco; MARÍN, Jesús Rodriguez. *Intervención Psicosocial*. Madrid: Pearson Educación, 2007.
- ALEXANDRE, Ivone; ABRAMOWICZ, Anete. Inserção escolar: crianças migrantes do Haiti nas creches e escolas de Sinop MT. *Périplos*, v. 1, n. 1, p. 184-197, 2017.
- ALMEIDA, Silvio. *O que é racismo estrutural?* São Paulo: Letramento, 2018.

- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 2 ed. Editora Nova Fronteira, 2018 (Texto original publicado em 1986).
- BENERÍA, Lourdes; DEERE, Carmen; KABEER, Naila. Gender and international migration: globalization, development, and governance. *Feminist Economics*, v. 18, n. 2, p. 1-33, 2012.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BEZERRA, Cecília; MARTINS-BORGES, Lucienne; CUNHA, Maiara. Filhos das fronteiras: revisão de literatura sobre imigração involuntária, infância e saúde mental. *CES Psicol, Medellín*, v. 12, n. 2, p. 26-40, 2019.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, v. 11, n. 14, p. 589-597, 2019.
- BRUNNET, Alice; WEBER, João, BOLASÉLL, Laura, CARGNELUTTI, Ezquiel, KRISTENSEN, Christian; PIZZINATO, Adolfo. Acculturation, anxiety and depression among Haitian immigrants in southern Brazil. *Psicologia, Saúde & Doenças*, v. 20, n. 2, p. 491-502, 2019.
- CASHMORE, Ernest. *Dicionário das relações étnicas e raciais*. São Paulo: Summus, 2000.
- CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio; MACEDO, Marília. *Imigração e Refúgio no Brasil*. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-a>>. Acesso em: 04.01.2023.
- COGO, Denise; BADET, Maria. *Guia das Migrações Transnacionais e Diversidade Cultural para Comunicadores: Migrantes no Brasil*. Bellaterra: Instituto Humaitas Unisinos; Instituto de la Comunicación de la UAB, 2013.
- FAUSTINO, Deivison; OLIVEIRA, Leila. Xeno-racismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 29, n. 63, p. 193-210, 2021.
- FERNANDES, Fernando. Abandono afetivo: A possibilidade de caracterização de dano. Dissertação de mestrado. Universidade Portucalense, Portugal, 2021.
- FIGUEREDO, Luiz; ZANELATTO, João. Trajetória de migrações no Brasil. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, v. 39, n. 1, p. 77-90, 2017.
- GOMES, Marcela. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, e162484, 2017.
- GRANADA, Daniel; CARRENO, Ioná; RAMOS, Natália; RAMOS, Maria. Debating health and migrations in a context of intense human mobility. *Interface*, v. 21, n. 61, p. 285-296, 2017.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade de consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, v. 26, n. 1, pp. 61-73, 2014.

- IMDH (Instituto Migrações e Direitos Humanos); Migramundo; Ficas; Fundación Avina; Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. *Migrações, Refúgio e Apatridia - Guia para Comunicadores*, 2019. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color\\_FINAL.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf)>. Acesso em: 04.01.23.
- IOM – International Organization for Migration. *World Migration Report 2022*. Geneva: IOM, 2021. Disponível em: <[https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/wmr-2022-en\\_1.pdf](https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1496/files/documents/wmr-2022-en_1.pdf)>. Acesso em: 04.01.23.
- JOSEPH, Henderson; NEIBURG, Federico. A (i)mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas. *Horizonte Antropológico*, v. 26, n. 58, p. 463-479, 2020.
- JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George (orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008, p. 90-113.
- MEJÍA, Margarita; CAZAROTTO, Rosmari. O papel das mulheres imigrantes na família transnacional que mobiliza a migração haitiana no Brasil. *RePOCS*, v. 14, n. 27, p. 171-190, 2017.
- OLIVEIRA, Leila. *Imigrantes, xenofobia e racismo: uma análise de conflitos em escolas municipais de São Paulo*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- PERES, Roberta. Mulheres na Fronteira: a Migração de Bolivianas para Corumbá-MS. *Territórios e Fronteiras*, v. 8, n. 2, p. 120-137, 2015.
- PIZZINATO, Adolfo; SILVEIRA, Thomas; HUGO, Brayan; WEBER, João. Mídias sociais e relações de apoio: redes da imigração haitiana. *Revista de Psicologia Política*, v. 22, n. 54, p. 378-393, 2022.
- ROMANO, Alice; PIZZINATO, Adolfo. Migração de mulheres para o Brasil: intersecções de gênero, raça/etnia e classe. *Trabajo social*, v. 21, n. 2, p. 197-213, 2019.
- ROMANO, Alice; PIZZINATO, Adolfo. Trajetória de migração de mulheres haitianas em Porto Alegre: um estudo qualitativo. *Psicologia em Estudo*, v. 26, e47781, p. 1-13, 2021.
- RUFFIER, Laura. *Frente a um Novo Mundo: Impactos das relações escolares na integração de crianças imigrantes involuntária*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SIVANANDAN, Ambalavaner. Race, terror and civil society. *Race and Class*, v. 47, n. 3, p. 1-8, 2016.
- TIMSHEL, Isabelle; MONTGOMERY, Edith; DALGRAAD, Nina. A systematic review of risk and protective factors associated with family related violence in refugee families. *Child Abuse Negl*, v. 70, p. 315-330, 2017.
- TUMMALA-NARRA, Pratyusha; SATHASIVAM-RUECKERT, Nina. The experience of ethnic and racial group membership among immigrant origin adolescents. *Journal of Adolescent Research*, v. 31, n. 3, p. 299 342, 2015.

UNHCR – The United Nations Refugee Agency. *Global Trends: Forced displacement in 2020*. 2021. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/refugee-statistics/>>. Acesso em: 04.01.23.

VIETZE, Jana; SCHACHNER, Maja; JUANG, Linda; VIJVER, Fons; NOACK, Peter. Juggling between parental and school expectations: The development of domain-specific acculturation orientations in early adolescence. *J. Res. Adolesc.*, v. 30, n. 3, p. 616-632, 2020.

WEBER, João; BRUNNET, Alice; LOBO, Nathália; CARGNELUTTI, Ezquiel; PIZZINATO, Adolfo. Imigração Haitiana no Rio Grande do Sul: Aspectos Psicossociais, Aculturação, Preconceito e Qualidade de Vida. *Psico-USF*, v. 24, n. 1, p. 173-185, 2019.

## Sobre os autores

**Pedro Henrique Conte Gil**, Psicólogo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre e doutorando em Psicologia (UFRGS). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [pedro\\_gil12@hotmail.com](mailto:pedro_gil12@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1158-8199>.

**Adolfo Pizzinato**, Psicólogo e professor orientador, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em Psicologia (Universitat Autònoma de Barcelona). Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: [adolpopizzinato@hotmail.com](mailto:adolpopizzinato@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1777-5860>.

## Editores do dossiê

Roberto Marinucci, Barbara Marciano Marques